PARECER TÉCNICO

Com base na análise do Processo Administrativo - Edital nº **3.918/2025** – De Inexigibilidade de Chamamento público que apresentou como finalidade repasse a Organização da Sociedade Civil, Associação dos Moradores da Vila Batista (AMVIBA) CNPJ nº.87.085.783/0001-31 através da Secretaria de Inovação, Cultura e Turismo, beneficiária da emenda impositiva Individual nº. 61/2024 de vereador Zilmar Araújo, foram realizadas as seguintes análises a partir do objeto: Apoio às atividades culturais desenvolvidas pela entidade e do plano de trabalho sob o título: "Projeto de Manutenção Estrutural da Associação":

1: **Mérito da Proposta:**

O mérito da proposta é parcialmente atendido. Embora a reforma da infraestrutura (telhado) de um espaço comunitário se alinhe a um interesse público, a proposta, em sua versão atual, falha em conectar essa melhoria estrutural a uma finalidade pública cultural clara e definida. A ata destaca que o projeto permanece "essencialmente voltado à manutenção estrutural do espaço físico", sem a devida integração com ações culturais, que justificariam o enquadramento da proposta nas políticas públicas da área de cultura e arte.

2: **Da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação:**

A reciprocidade de interesse não está claramente demonstrada. A relação descrita na ata se assemelha mais a uma simples transferência de recursos para uma obra (contrato) do que a uma parceria com responsabilidades compartilhadas. A entidade solicita o valor financeiro para a reforma, mas não apresenta um plano concreto de contrapartida social ou cultural, com metas e ações definidas, que demonstre o interesse mútuo na promoção de atividades culturais para a comunidade após a conclusão da obra.

Assinado por 1 pessoa: SABRINA RODRIGUES COSTA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cacapavadosul.1doc.com.br/verificacao/4DAC-1378-5B5F-A314 e informe o código 4DAC-1378-5B5F-A314

3: Da viabilidade da sua execução:

A viabilidade de execução é incerta e carece de detalhamento. A ata aponta que a entidade possui a estrutura formal para a gestão do projeto, mas a proposta não apresenta o detalhamento técnico dos quantitativos de materiais, nem as cotações necessárias para a reforma. Além disso, há pendências sobre a forma de contratação de serviços de pessoa física (RPA ou outro) e jurídica, o que gera incerteza sobre a regularidade e a viabilidade da execução orçamentária e física do projeto.

4: Do cronograma de desembolso previsto no plano de trabalho -

O cronograma físico-financeiro apresentado é considerado formalmente adequado. Contudo, a falta de detalhamento no orçamento (quantitativos e cotações) e a ausência de metas culturais mensuráveis impedem uma avaliação precisa sobre se os valores e os prazos de desembolso são, de fato, adequados para o cumprimento integral dos objetivos da parceria. Sem metas claras, a fiscalização da execução baseada no cronograma fica comprometida.

5: Dos meios disponíveis para fiscalização da parceria e procedimentos para avaliação físico-financeira e de cumprimento das metas e objetivos

Os meios de fiscalização estão parcialmente prejudicados. Embora a entidade deva fornecer relatórios e a SICTUR possa acompanhar a execução, a ata deixa claro que não foram inseridas metas culturais específicas nem indicadores de aferição de resultados. Essa lacuna impede uma avaliação eficaz do cumprimento dos objetivos finalísticos da parceria, limitando a fiscalização ao acompanhamento financeiro e à conclusão da obra física, sem poder medir o impacto cultural e social pretendido.

6: Da descrição de elementos mínimos de convicção e de meios de prova que serão aceitos pela administração pública na prestação de contas

Assinado por 1 pessoa: SABRINA RODRIGUES COSTA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cacapavadosul.1doc.com.br/verificacao/4DAC-1378-5B5F-A314 e informe o código 4DAC-1378-5B5F-A314

Os elementos de convicção apresentados são insuficientes. A ata aponta que a entidade não entregou os demonstrativos contábeis do último exercício (2024), um item obrigatório para a habilitação. A ausência deste documento fundamental compromete a análise da saúde financeira da organização e representa um impedimento técnico grave para a celebração da parceria, conforme deliberado pela comissão.

7: Da designação do gestor da parceria:

O(A) gestor(a) da parceria designado, por intermédio de portaria expedida pela Administração Pública, será autorizado pelo Senhor Prefeito, conforme regulamentado no Decreto Executivo Municipal nº. 3807/2017, e no Decreto nº.5780/2025, e terá como indicação servidor(a) da Secretaria de Inovação, Cultura e Turismo.

8: Da designação da Comissão de Acompanhamento e Avaliação:

A Comissão de Monitoramento e Avaliação é composta por servidores indicados em portaria pelo administrador para acompanhamento dos processos pactuados pelo Poder Executivo Municipal no exercício de 2025, sendo membros indicados pela secretaria responsável pelo repasse, e será responsável pela elaboração dos relatórios de avaliação das contas a serem prestadas pela OSC, conforme previsto no Manual de Prestação de Contas do Decreto Executivo Municipal nº 3807/2017.

Com base no relatório nas análises técnicas realizadas emite-se parecer:

( ) favorável

(X) favorável com ressalva:

O parecer é favorável com ressalvas, nesse momento, pois a proposta da AMVIBA, mesmo após uma segunda revisão, apresenta falhas estruturais e

Assinado por 1 pessoa: SABRINA RODRIGUES COSTA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cacapavadosul.1doc.com.br/verificacao/4DAC-1378-5B5F-A314 e informe o código 4DAC-1378-5B5F-A314

pendências críticas que impedem a celebração da parceria no estado atual. Os principais motivos são:

1. Falta de Mérito Cultural: A proposta continua focada na reforma física, sem apresentar metas culturais, indicadores de impacto ou um plano de atividades que justifiquem o uso de recursos destinados à cultura.
2. Ausência de Contrapartida e Reciprocidade: Não há um plano de uso definido para o espaço após a reforma, o que descaracteriza a mútua cooperação e aproxima a relação de um simples contrato de obra.
3. Inviabilidade e Incertezas na Execução: Faltam detalhamentos técnicos essenciais no orçamento (quantitativos, cotações) e clareza sobre a forma de contratação de serviços, gerando riscos na execução.
4. Pendência Documental Crítica: A não apresentação dos demonstrativos contábeis de 2024 é um impedimento técnico grave que, por si só, inviabiliza a habilitação da entidade.

Tendo em vista esses apontamentos, aguardamos retorno da entidade.

( ) desfavorável, a realização do Termo de Parceria.

É o parecer técnico prévio a realização do Termo de Parceria.

Caçapava do Sul, 10 de outubro de 2025.

_____

Sabrina Rodrigues Costa
Diretora do Centro Municipal de Cultura Arnaldo Luiz Cassol
Parecerista Técnica
Portaria nº.27.139 de 03/04/2025

Assinado por 1 pessoa: SABRINA RODRIGUES COSTA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cacapavadosul.1doc.com.br/verificacao/4DAC-1378-5B5F-A314 e informe o código 4DAC-1378-5B5F-A314

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 4DAC-1378-5B5F-A314

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

SABRINA RODRIGUES COSTA (CPF 034.XXX.XXX-90) em 10/10/2025 11:25:25 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://cacapavadosul.1doc.com.br/verificacao/4DAC-1378-5B5F-A314